

CAPITALISMO E PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE: UM ESTUDO SOBRE OS ASSENTADOS E OS NÃO ASSENTADOS DA REGIÃO DE LONDRINA

André José Sanaiotti Grade Ferro¹

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar as relações sociais de produção e, conseqüentemente, as condições de trabalho e de vida dos pequenos produtores de leite, assentados e não assentados, da região de Londrina, Paraná, no período que se estende de 1998 aos dias atuais. A relevância desta pesquisa consiste no seu intento de apreender as reais condições de existência dos pequenos produtores em questão, no contexto das recentes transformações da agropecuária no país. O ponto de partida de nossa investigação é o de que os pequenos produtores de leite (assentados e não assentados), enquanto produtores mercantis, são produtores da sociedade, para a qual e na qual produzem. Como tais, submetem-se à produção social e, desse modo, são regidos pelas leis econômicas da sociedade capitalista, as quais integram a estrutura de classes da sociedade, ao contrário das teses que defendem a premissa de campesinato no Brasil, como, por exemplo, a defendida por José de Souza Martins, nos anos 70 e 80. Aproximando-se das teses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Martins defende a pequena produção, situando-a fora da produção social capitalista, resistindo ao seu avanço no meio agrário como uma alternativa de supri-lo. Opondo-se a tais teses, o estudo proposto refuta a premissa de uma pequena produção camponesa, autônoma ou não-autônoma. Daí, então, não ter sentido conceber os pequenos produtores como camponeses, visto que produção mercantil e campesinato são antíteses.

Alguns esclarecimentos a respeito da pesquisa de campo

“O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2007, p. 259)

O objetivo deste artigo é elucidar os principais pontos no que tange às reais condições de produção, de trabalho e, conseqüentemente, de vida dos pequenos produtores de leite, assentados e não assentados, na região de Londrina. Para isso, faremos a exposição de uma parte da pesquisa de campo², realizada entre

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista da Fundação Araucária, Especialista em Ensino de Sociologia (UEL) e professor de Ciência Política da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA). E-mail: gradeferro@uol.com.br

² É preciso fazer distinção do período da pesquisa de campo (pesquisa empírica) e da investigação geral, entretanto, isso não quer dizer que estejam separadas, pelo contrário, ambas

2008 e 2010, além de apresentar alguns resultados parciais, uma vez que o estudo encontra-se em andamento, com previsão para ser concluído em janeiro de 2011.

Selecionamos, para fins de análise, os pequenos produtores de leite não assentados do município de Ibiporã, além dos pequenos produtores de leite dos assentamentos “Mundo Novo” e “Mandaçaia”, do município de Tamarana, e do assentamento “Dorcelina Folador”, no município de Arapongas. Esses três municípios (Ibiporã, Tamarana e Arapongas) estão localizados na região de Londrina, no norte central do estado do Paraná.

Em Ibiporã, realizamos entrevistas³ com 26 pequenos produtores de leite não assentados, enquanto que em Tamarana foram feitas 18 entrevistas com produtores do assentamento “Mandaçaia” e mais 18 entrevistas com produtores do assentamento “Mundo Novo”. Já no município de Arapongas, foram feitas 48 entrevistas com os produtores do assentamento “Dorcelina Folador”. Assim, entrevistamos um total de 110 pequenos produtores de leite, sendo 26 deles não assentados e 84 assentados.

As entrevistas foram feitas por meio de questionários semi-abertos, ou seja, tínhamos perguntas em que as respostas eram fechadas (por alternativa) e outras com respostas abertas. Optamos por questionários semi-abertos, uma vez que, tendo algumas respostas fechadas, encontraríamos menos dificuldades em tabular alguns dados, como, por exemplo, questões referentes à média da produção diária de leite ou número de vacas, etc. Por outro lado, necessitamos de perguntas com respostas abertas, visto que algumas questões eram de caráter subjetivo, como, por exemplo, a origem familiar dos produtores, o motivo pelo qual entrou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), qual a perspectiva que tem em relação ao trabalho no meio rural, etc.

Foram feitos dois modelos de questionários; um voltado para os produtores não assentados (questionário “A”) e outro para os produtores assentados (questionário “B”). Esses dois modelos se devem, principalmente, às

compõem o estudo como parte de uma mesma unidade. A pesquisa de campo foi realizada entre 2008 e 2010, porém, a investigação compreende o período de 1998 a 2010, visto que a análise tem como marco histórico o surgimento dos primeiros assentamentos no ano de 1998.

³ Todos os entrevistados são pequenos produtores de leite que participaram, nos anos de 2008, 2009 e 2010, do “Projeto Leite Bom: atendimento itinerante a pequenos produtores leiteiros”, que é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do programa “Universidade Sem Fronteiras” (USF/SETI), com caráter interdisciplinar, tendo minha participação como sociólogo.

particularidades dos assentamentos e dos produtores não assentados. Ainda vale esclarecer que, apesar de termos dois modelos de questionários, realizamos questões que eram comuns aos produtores (assentados e não assentados). O questionário “A” é composto por 46 questões, sendo 35 fechadas e 11 abertas; enquanto que o questionário “B” é formado por 64 questões, das quais 50 são fechadas e 14 abertas.

A entrevista, por meio dos questionários semi-abertos, teve como objetivo verificar quais as condições de produção, de trabalho e de vida dos pequenos produtores de leite. Assim sendo, algumas questões tiveram por finalidade apreender elementos que compõem o processo de produção e de trabalho desses produtores, como, por exemplo, o número de vacas; a média da produção diária; a média de vacas em lactação; a forma de ordenha (manual ou mecânica); quem da família realizava a ordenha; a raça das vacas; quais as formas de alimentação dos animais; o acompanhamento médico veterinário e/ou zootecnistas (se o serviço era particular ou por meio de instituições públicas); os animais obtidos por meio de inseminação artificial ou monta; as condições do local da ordenha (sala); as formas de armazenamento do leite (tambor resfriado ou não, em tanque de imersão ou expansão, em garrafa peti, etc.), de transporte e comercialização do leite, etc. Essas questões mencionadas tiveram como proposta verificar se a produção é ou não tecnificada e qual o seu grau de desenvolvimento, além de investigar os tipos de relações de trabalho e as formas de organização do mesmo, estabelecidas no processo de produção, que compreende desde o momento do manejo com animais, passando pelo processo de ordenha, armazenamento e transporte, até a comercialização do produto.

Além das questões de natureza mais técnicas e objetivas citadas acima, procuramos investigar, por meio de outras indagações, as visões de mundo desses pequenos produtores, ou melhor, as posições⁴ de classe deles diante da realidade e se elas correspondem a sua situação (objetiva) de classe. Neste caso, as questões procuram compreender, por exemplo, a origem familiar dos produtores, isto é, se seus pais e avôs eram trabalhadores rurais ou não; se eles ou seus familiares tinham trabalhado na zona urbana ou não; se tinham vontade ou não de continuar trabalhando e morando no campo; se eram religiosos ou não;

⁴ Os conceitos “situação de classe” e “posição de classe” foram desenvolvidos por Marx, inicialmente no livro “A miséria da filosofia” (2001), e também em obras posteriores.

se participavam ou não de organizações políticas (sindicatos, movimentos sociais, pastorais, associação de produtores, etc.); o que pensavam sobre reforma agrária, cooperativa, sindicato, agronegócio, etc. Dessa forma, avaliando a dimensão subjetiva dos produtores, poderíamos revelar a sua formação ideológica e as (im)possibilidades de transformação política, econômica e social, a partir das contradições existentes entre a sua situação de classe e sua posição de classe.

Não obstante ao que foi mencionado anteriormente, procuramos apreender e compreender as condições de existência desses pequenos produtores a partir da sociedade capitalistas da qual fazem parte e na qual produzem. Para que seja possível entender as condições reais de existência dos produtores em questão, é preciso entendê-los à luz dos fundamentos e da dinâmica da sociedade em que vivem. Nesse processo de apreensão e compreensão da realidade, por meio da mediação entre concreto real e concreto pensado, partimos das idéias de que os pequenos produtores de leite, enquanto produtores mercantis, são produtores da sociedade, para a qual e na qual produzem. Como tais, submetem-se à produção social e, desse modo, são regidos pelas leis econômicas da sociedade capitalista, as quais integram a estrutura de classes da sociedade (MARX, 1983, 1984, 1985; BERTERO, 1990, 2000, 2006, 2007).

Além disso, pretendemos, com essa pesquisa, compreender a situação desses produtores de leite, seja eles assentados ou não, como elementos que compõem uma mesma unidade social, isto é, participantes de uma mesma totalidade, de uma mesma produção social. É evidente que tal unidade não é homogênea, pelo contrário, ela é diversificada internamente e está sob o mando das leis econômicas capitalistas. Em outras palavras, o que mantém essa unidade social é a própria produção social, uma vez que ninguém consegue (re)produzir de forma isolada e autônoma, pois estabelecemos vínculos e nexos com a produção social, seja por meio da divisão social do trabalho ou da troca.

Quando defendemos que os pequenos produtores de leite da região de Londrina, assentados ou não, fazem parte de uma mesma unidade social ou de uma mesma produção social, isso não quer dizer que estamos advogando a premissa de que todos sejam iguais, pelo contrário, constatamos que essa unidade social é diversificada internamente. Empiricamente, constatamos uma diversidade existente entre os produtores assentados e não assentados, e mesmo

entre os próprios assentados, sejam elas do ponto de vista da organização da produção e do trabalho, ou ainda pelo grau de tecnificação utilizado na produção, além do fato de que existem produtores portadores de mais capitais do que outros, etc.

A seguir, elucidaremos algumas particularidades e diferenças existentes entre os pequenos produtores de leite, assentados ou não, da região de Londrina.

Os pequenos produtores de leite e suas condições de existência

Os pequenos produtores de leite, assentados e não assentados, da região de Londrina foram estudados a partir das suas reais condições de existência. Porém, cabe indagarmos quais são as reais condições de existência a que esses pequenos produtores estão submetidos. Para respondermos tal questão, é preciso compreender algumas premissas fundamentais: a primeira é que os produtores, sejam eles assentados ou não, fazem parte da sociedade capitalista, uma vez que estabelecem vínculos com a produção social capitalista. Portanto, eles não estão à margem da produção social, visto que não conseguem (re)produzir todas as coisas que necessitam para sobreviver, nem como indivíduo e nem como produtor de leite. Nota-se, então, que a própria produção social capitalista é uma das condições de existência desses pequenos produtores de leite, pois sem ela, eles não conseguem se (re)produzir.

Não distante do que foi apresentado até o momento, é necessário elucidarmos, também, o que os pequenos produtores têm em comum e quais são as particularidades que os diferenciam. É evidente que todos eles fazem parte da produção social capitalista, mas é preciso compreender o modo como eles estão inseridos nessa produção social, ou melhor, como se dá a (re)produção deles nessa sociedade de classes.

O primeiro ponto em comum entre os pequenos produtores de leite, assentados e não assentados, é que todos são produtores de leite, isto é, são produtores de mercadoria. Para eles, o leite não é simplesmente um alimento, mas também e principalmente uma mercadoria, portadora de valor de uso e de troca. Na pesquisa de campo, constatamos que os 110 produtores entrevistados produzem o leite para ser comercializado. Conforme mostra a tabela 01, a pequena produção de leite está voltada para o mercado.

Tabela 01 – Comercialização do Leite

Você comercializa o leite produzido?	Assentament o Mandaçaia	Assentament o Mundo Novo	Assentament o Dorcelina Folador	Produtores de Ibiporã
Sim	18 (100%)	18 (100%)	48 (100%)	26 (100%)
Não	0	0	0	0
Total	18 (100%)	18 (100%)	48 (100%)	26 (100%)

Como mostram os dados da tabela 01, tanto os produtores assentados e os não assentados estabelecem vínculos com o mercado capitalista para que sua mercadoria (leite) seja vendida, evidenciando que a produção do leite tem por finalidade a troca. Logo, conclui-se que a produção está submetida às leis econômicas que regem a produção social capitalista.

Em outras palavras, podemos concluir que nem sempre a pequena produção deve ser apreendida como sinônimo de produção de subsistência e/ou camponesa, pois a produção voltada para o mercado é antítese da produção de subsistência e/ou camponesa⁵. É preciso, ainda, ressaltar que, nos dias atuais, é praticamente inviável falarmos na existência de uma produção de subsistência ou camponesa, uma vez que ela (seja de grande, médio ou pequeno porte) torna-se cada vez mais social⁶, estabelecendo nexos com a produção social que é capitalista⁷.

No final da década de 1970, estudos realizados, por exemplo, por Geraldo Muller (1980), davam conta de que a incorporação dos pequenos produtores de banana e de chá, do Vale do Ribeira, na produção capitalista, era um processo que se tornava cada vez mais natural. Nota-se, então, que mesmo as regiões mais pobres do estado de São Paulo não estão fora da produção social capitalista. Além desse estudo mencionado, temos outros autores⁸ que mostram como a agropecuária brasileira se modernizou e como ela está cada vez mais

⁵ Temos vários autores que defendem a tese de uma produção camponesa no Brasil, como, por exemplo, MARTINS (1975, 1979, 1980, 1980^a) e STEDILE (1997). Outros autores como, por exemplo, PRADO Jr. (1972) e FRANK (1969) negam a idéia de camponeses no Brasil, uma vez que não tivemos feudalismo no país, o que evidencia um equívoco ao falarmos em campesinato.

⁶ Marx ensinou que a tendência da produção social capitalista é tornar a produção cada vez mais social. Com relação a essa problemática no campo, ver em BERTERO (1990, 2000, 2006, 2007), MULLER (1980, 1982), GNACCARINI (1980), LOPES (1976), SILVA (1981 e 1982).

⁷ Ver em BERTERO (1991 e 2000); MÜLLER (1980 e 1982).

⁸ Ver em BERTERO: (1990, 2000); GNACCARINI (1980); LOPES (1976), SILVA (1981 e 1982).

inserida na produção social capitalista. Tais estudos, por sua vez, corroboram para mostrar que é cada vez mais difícil falarmos em uma produção autônoma no campo ou até mesmo a tese de que haja a existência de “terra de trabalho” e “terra de negócio”⁹ na sociedade atual.

Outra contribuição de Geraldo Muller (1982), que lança luz para compreendermos melhor as condições de existência dos pequenos produtores de leite, assentados e não assentados, da região de Londrina, é a tese em que ele afirma:

Que para produzir na agricultura não basta mais ser apenas proprietário de terras, em que pese serem estas um dos pressupostos da produção; ocorre que no movimento de reposição da produção agrícola deve-se levar em conta um certo montante de bens de capital sem o qual a produção agrícola pode ser posta em xeque. Neste sentido, o trabalho agrícola subsume-se no capital num contexto marcado pela industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadores das condições de produção em favor da terra-capital (MULLER, 1982, p.49 – grifos meu).

É interessante acrescentar que esse processo de transformação no campo não fica restrito somente na agricultura, pelo contrário, ela se expande para todas as atividades da agropecuária, sobretudo, para a questão da produção de leite. Como elucidou o autor, para se produzir no campo não basta ser apenas o proprietário formal da terra, mas é preciso ter uma quantia mínima de capital.

Os produtores de leite, sejam eles assentados ou não, podem ser concebidos assim devido a vários fatores. Se ficássemos restritos a analisar apenas o dado empírico, certamente, verificaríamos que a pequena produção de leite se deve à baixa produção, a qual estaria vinculada ao número restrito de vacas, da pequena área que possui, etc. Todavia, é preciso ir além daquilo que podemos observar empiricamente, ou seja, a baixa produção ocorre devido à falta ou à baixa quantidade de capital que eles possuem para investir na produção; o

⁹ José de Souza Martins (1980) é quem faz essa distinção entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”. Para ele, a “terra de trabalho” era explorada para subsistência e seria anti-mercado, típico da pequena produção, enquanto que a exploração da “terra de negócio” era para fins capitalistas, sendo típica da grande produção. Entretanto, como explicou Marx (1983, 1984, 1985), o capital transforma a terra em propriedade moderna, o que significa dizer que a terra dentro da sociedade capitalista torna-se capital, portanto, seria ilusório conceber essa separação entre terra de trabalho e terra de negócio.

que significa, muitas vezes, que não conseguem valorizar os pequenos capitais que detém.

Constatamos, empiricamente, que a maioria dos pequenos produtores de leite, assentados e não assentados, da região de Londrina encontram-se, geralmente, em uma situação de descapitalização, uma vez que não conseguem valorizar seus capitais. Para termos a idéia da situação desses produtores, iremos analisar alguns dados, que elucidam algumas das dificuldades encontradas nesse processo de valorização.

Conforme mencionamos anteriormente, a terra é um dos pressupostos para que haja produção no campo, entretanto, vale lembrar que na sociedade capitalista ela não é simplesmente terra-matéria, mas ela é, sobretudo, terra-capital. No caso específico do leite, para que a produção seja, do ponto de vista técnico, minimamente viável, da qual o produtor possa obter uma renda condizente para poder se (re)produzir, é necessário que ele tenha uma área compatível com um número mínimo de vacas¹⁰. No caso dos pequenos produtores em questão, a tabela 02 mostra que a maioria deles são proprietários de pequenos sítios.

Tabela 02 – Área das propriedades

Área do lote ou sítio (em hectares)	Assentament o Mandaçaia	Assentament o Mundo Novo	Assentament o Dorcelina Folador	Produtores de Ibiporã (não assentados)
1 a 5 (ha.)	0	0	0	0
6 a 11 (ha.)	0	0	48 (100%)	2 (7,7%)
12 a 20 (ha.)	0	0	0	5 (19,2%)
21 a 40 (ha.)	18 (100%)	18 (100%)	0	17 (65,4%)
Acima de 40 (ha)	0	0	0	2 (7,7%)
Total	18 (100%)	18 (100%)	48 (100%)	26 (100%)

A tabela 02 mostra que 100% dos pequenos produtores de leite dos assentamentos rurais Mandaçaia e Mundo Novo, no município de Tamarana, têm lotes entre 21 e 40 hectares, enquanto que no assentamento Dorcelina Folador,

¹⁰ A tendência é que quanto maior a área, potencialmente, você terá uma maior capacidade para abrigar animais (vacas) e conseqüentemente isso possibilita um aumento da produção. Todavia, é importante lembrar que nem sempre grandes áreas correspondem à grande produção, pois temos vários fatores que podem agir na produção, desde a qualidade do solo que interfere no pasto, na questão da genética dos animais, da tecnologias utilizadas na ordenha, etc.

no município de Arapongas, 100% dos lotes têm uma área entre 6 e 11 hectares. Já os pequenos produtores de leite, não assentados, no município de Iporã, 65% deles têm sítios com áreas correspondentes entre 21 e 40 hectares.

É interessante observar que, apesar de todos serem pequenos produtores de leite e proprietários de pequenas áreas, não significa que sejam todos iguais. Uma das diferenças entre os assentamentos podem ser constatadas pelo tamanho do lote, visto que no assentamento Dorcelina Folador os lotes são bem menores em comparação aos do assentamento Mandaçaia e/ou do Mundo Novo. Segundo explicações que obtivemos com os técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que trabalham na região de Londrina, a demarcação e a diferença do tamanho dos lotes entre os assentamentos acontecem devido a critérios técnicos, os quais analisam a posição geográfica e qualidade do terreno, que implica desde a qualidade do solo, a localização no que tange à proximidade da zona urbana, questões sobre infraestrutura, etc.. Portanto, é a partir dessas informações que eles analisam a viabilidade do tamanho que o lote deve ter para ser produtivo e rentável.

No caso específico do assentamento Dorcelina Folador, no município de Arapongas, os lotes são menores que os dos assentamentos Mundo Novo e Mandaçaia, localizados em Tamarana, uma vez que estão melhor localizados devido a sua infraestrutura, à qualidade do solo e do terreno plano que facilita no desenvolvimento das atividades agropecuárias. Para termos idéia da diferença entre eles, cito, por exemplo, que o assentamento Dorcelina Folador fica aproximadamente a 8 quilômetros da zona urbana, sendo localizado em uma área plana, enquanto que os assentamentos Mundo Novo e Mandaçaia estão a 32 quilômetros da zona urbana e localizados numa área marcada por morros e um solo arenoso. Portanto, fica evidente que no Dorcelina Folador, devido a circunstâncias apresentadas das facilidades para produzir e escoar, a produção é melhor quando comparando com a dos assentamentos Mundo Novo e Mandaçaia.

Não obstante ao que apresentamos, vale ainda esclarecer que, entre esses assentamentos, temos um dado importante, pois diz respeito à forma como os lotes foram adquiridos. A tabela 03 traz esses dados:

Tabela 03 – Formas de aquisição de lotes

Como você adquiriu o lote?	Assent. Mandaçaia	Assent. Mundo Novo	Assent. Dorcelina Folador
Particpei da ocupação e adquiri por meio do INCRA	0	1 (5,6%)	48 (100%)
Comprei o lote de terceiros (sem autorização do INCRA)	18 (100%)	17 (94,4%)	0
Arrendei de terceiros	0	0	0
Total	18 (100%)	18 (100%)	48 (100%)

Os dados contidos na tabela 03 elucidam que 100% dos produtores entrevistados no assentamento Mandaçaia obtiveram o lote de forma ilegal, por meio de compra, sem autorização do INCRA; no assentamento Mundo Novo, 94% dos produtores entrevistados também adquiriram o lote de forma ilegal; enquanto que no assentamento Dorcelina Folador, acontece o oposto dos outros dois assentamentos, pois 100% dos produtores assentados adquiriram os seus lotes de forma legal, isto é, participaram do processo de ocupação da área e conquistaram o direito de posse com autorização do INCRA.

As vendas ilegais dos lotes pelos antigos assentados do Mundo Novo e do Mandaçaia aconteceram por um conjunto de fatores. O primeiro deles refere-se à infraestrutura e à localização dos lotes; isso porque o terreno possui solo arenoso e de péssima qualidade, exigindo, portanto, investimentos em adubos e produtos químicos a fim de que esteja apto à pastagem; e, ainda, a localização distante da zona urbana acaba por dificultar e encarecer a escoação da pequena produção. Outro fato importante é que tanto o assentamento Mandaçaia como o Mundo Novo nunca participaram do MST. Essa informação é relevante porque os assentamentos vinculados ao MST, como, por exemplo, o Dorcelina Folador, têm os próprios assentados fiscalizando e não permitindo a venda do lote, mesmo entre eles. Isso mostra que nos chamados “assentamentos do INCRA¹¹”, a venda do lotes, que é uma prática ilegal, acontece como algo natural e sem uma fiscalização do INCRA, enquanto que nos chamados “assentamentos do MST”, a própria organização dos assentados condena essa prática ilegal.

Nos assentamentos Mandaçaia e Mundo Novo, os assentados que não têm a posse legal do lotes encontram dificuldades ou são excluídos de participar dos

¹¹ A expressão “assentamentos do INCRA” é utilizada pelos assentados referindo-se aos assentamentos não vinculados ao MST. Vale lembrar que todos os assentamentos, sejam eles ligados ou não ao MST, ou a qualquer movimento social, são áreas demarcadas pelo INCRA.

programas de financiamento e/ou de linha de créditos para os agricultores familiares. Esse fato, portanto, impede o acesso a recursos (capital) para investir na produção, o que muitas vezes inviabiliza a produção, fazendo operar abaixo da rentabilidade mínima, levando ao endividamento e conseqüentemente obrigando-os a vender seus lotes de forma ilegal, ou então os abandonando. Nota-se, conforme foi explicado anteriormente, que apesar da terra ser um dos pressupostos para a produção no campo, ela já não é mais suficiente para garantir a produção, visto que na agropecuária moderna é necessário ter uma quantia viável de capital para poder (re)produzir.

Com relação aos pequenos produtores de leite do município de Ibioporã, uma das diferenças em comparação aos outros produtores entrevistados na pesquisa, é que eles não são assentados, ou seja, do ponto de vista do tamanho da propriedade rural, conforme elucidou a tabela 02, eles são mais diversificados do que os assentados, uma vez que dentro de cada assentamento os lotes são divididos de forma mais homogênea. Outro elemento que os diferenciam dos produtores assentados é que os sítios, na maioria das vezes, são adquiridos por meio de herança familiar, ou seja, são pequenos produtores que trazem consigo a condição objetiva de pequenos proprietários (detentores dos meios de produção), ao contrário daqueles assentados que antes de possuir o seu lote eram sem terras, portanto, sujeitos tidos como “nu de posse”.

Em outras palavras, a história de vida dos produtores assentados, que vivenciaram a realidade dos acampamentos, daqueles produtores que não são assentados e que adquiriram o seu sítio por meio de herança familiar, não é a mesma no que se refere à condição subjetiva. É verdade que, objetivamente, tanto os produtores assentados como aqueles que não são, encontram-se na mesma situação de classe, uma vez que são proprietários dos seus próprios meios de produção, entretanto, isso não é sinônimo de que são iguais no que diz respeito à “visão de mundo” e ao posicionamento político assumido diante da realidade. Durante as entrevistas realizadas com os produtores não assentados, constatamos que eles têm uma “visão de mundo” conservadora e distorcida da realidade, pois são contra qualquer tipo de manifestação ou movimento que questione a propriedade da terra, mostrando, por sua vez, o apego à propriedade privada. Esse conservadorismo pode ser verificado na tabela 04, a qual elucida o

posicionamento dos produtores de Ibiporã, que, na sua maioria, é contrária ao MST.

Tabela 04 – Aceitação em relação ao MST

Você é a favor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?	Assentamento o Mandaçaia	Assentamento o Mundo Novo	Assentamento o Dorcelina Folador	Produtores de Ibiporã (não assentados)
Sim	12 (66,6%)	17 (94,4%)	48 (100%)	2 (7,7%)
Não	2 (11,2%)	0	0	23 (88,5%)
Não sabe	4 (22,2%)	1 (5,6%)	0	1 (3,8%)
Total	18 (100%)	18 (100%)	48 (100%)	26 (100%)

Conforme mostra a tabela 04, 88% dos pequenos produtores de leite de Ibiporã são contra o MST. Nas entrevistas, eles apresentam uma concepção distorcida de que o MST é um movimento criminalizado pelas ocupações de terra, reproduzindo, com isso, uma imagem propagada pela maioria dos meios de comunicação burgueses. A maioria desses pequenos produtores de leite, de forma equivocada, pensam que podem ser alvo do MST. Apesar de eles estarem numa situação de descapitalizados e quase à beira do processo de proletarianização, não deixam de ter uma perspectiva ruralista e conservadora, para a qual o direito da propriedade privada é tido como um direito inviolável e sagrado.

Outro dado interessante dos pequenos produtores de leite em questão, é a baixa produção de leite. A tabela 05 mostra a sua média diária da produção:

Tabela 05 – Média diária de produção de leite

Média da produção diária de leite (litros)	Assentamento o Mandaçaia	Assentamento o Mundo Novo	Assentamento Dorcelina Folador	Produtores de Ibiporã (não assentado)
1 a 10	2 (11,2%)	1 (5,6 %)	1 (2,1%)	3 (11,5%)
11 a 16	12 (66,6 %)	9 (50,0%)	2 (4,1%)	4 (15,3%)
17 a 25	3 (16,6 %)	6 (33,2 %)	5 (10,4%)	8 (31%)
26 a 50	1 (5,6 %)	2 (11,2 %)	12 (25,0%)	9 (34,6%)
51 a 80	0	0	23 (48,0%)	0
81 a 100	0	0	4 (8,3%)	1 (3,8%)

Acima de 100	0	0	1 (2,1%)	1 (3,8%)
Total	18 (100%)	18 (100%)	48 (100%)	26 (100%)

Conforme mostram os dados da tabela 05, 66% dos produtores do assentamento Mandaçaia conseguem produzir no máximo 16 litros de leite por dia, enquanto que no assentamento Mundo Novo, 11% dos produtores conseguem produzir no máximo 50 litros de leite por dia; já no assentamento Dorcelina Folador, 48% dos produtores produzem no máximo até 80 litros de leite por dia e a maioria dos produtores de Ibiporã não conseguem ultrapassar a média diária de 50 litros de leite por dia.

Os dados apresentados deixam claro que a maioria dos produtores, sejam assentados ou não, tem uma produção aquém do desejado, pois com essa baixa produção, muitas vezes, não conseguem (re)produzir seus pequenos capitais. Essa condição de empobrecimento devido à própria dinâmica da economia capitalista, sob regência da lei do valor, tende a destruir esses pequenos capitais que não conseguem se reproduzir.

Ao que tudo indica, os dados que conseguimos apreender até o momento, por meio da pesquisa de campo, revela-nos que as condições de existência dos pequenos produtores de leite, assentados e não assentados, da região de Londrina é uma condição de empobrecimento e que eles não são produtores de subsistências, nem camponeses e muito menos que gozam de autonomia diante da produção social capitalista. Os resultados apresentados até o momento corroboram as teses de que a produção agropecuária, seja ela de grande, médio ou pequeno porte, não está à margem da produção capitalista e que para se produzir no campo não basta apenas ter terra, pois é preciso ter um montante mínimo de capital.

Por fim, queremos lembrar que esse artigo teve como objetivo somente elucidar e problematizar alguns dados que obtivemos a partir da pesquisa de campo, porém a pesquisa geral ainda encontra-se em andamento, com previsão de término em janeiro de 2011.

Bibliografia

BERTERO, J. F. **Estado, Agricultura e Agroindústria: estudo da base da economia canavieira do Brasil entre 1948 a 1990**. São Paulo, USP. Tese de Doutorado em Sociologia, 1990.

_____. *Sobre a Questão Agrária*. **Revista Mediações**. Londrina, v.05, n.01, p. 109-122, jan./jun. 2000.

_____. *Sobre Reforma Agrária e MST*. **Revista Lutas & Resistência**. Londrina, v.01, p. 163-183, set. 2006.

_____. *Uma Crítica à Sociologia Rural de José de Souza Martins*. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, n. 17/18, 2ºsem. 2006/ 1º sem. 2007.

FRANK, A. G. *Desenvolvimento do subdesenvolvimento*. PEREIRA, L. (org.) **Urbanização e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e Proletariado: formação da empresa e relação de trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

LOPES, J. R. B. *Do Latifúndio à Empresa: unidade e diversidade no campo*. **Cadernos Cebrap**. São Paulo, n. 26, 1976.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **O Cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A sujeição da renda da terra ao capital*. **Encontros Com a Civilização Brasileira**, 22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980^a.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1983 (Os Economistas).

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t.1/ 2, 1984 (Os Economistas).

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, v. 3, t. 2, 1985 (Os Economistas).

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2001.

MÜLLER, G. *Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil*. **Revista de Economia Política**, v. 2/1, n.6, 1982.

_____. **Estado, Estrutura Agrária e População**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PRADO Jr., C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. [**A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.**](#) Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STÉDILE, J. P. *O MST e a Questão Agrária.* IN: **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 11, n.31, p.69-97, 1997.